



A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: FORMAÇÃO PARA PRÁTICAS SOCIAIS TRANSFORMADORAS

Viviane de Araújo Menezes ¹
Ana Rochelly Silva Costa Cavalcante ²

RESUMO

O artigo analisa a Curricularização da extensão universitária como uma proposta de abordagem didático-pedagógica, que visa contribuir para a formação de futuros profissionais capacitados para práticas sociais transformadoras, realizadas de maneira crítica e interdisciplinar com a sociedade, articulando teoria e prática. A pesquisa é fundamentada na experiência de uma faculdade no Maciço de Baturité, Ceará, onde estudantes de Serviço Social planejaram e conduziram oficinas sobre direitos sociais em diferentes instituições locais. No contexto da educação superior brasileira, a extensão é definida como uma atividade interdisciplinar e política, integrada à matriz curricular e à pesquisa, promovendo a interação entre instituições de ensino e a sociedade. Entre as diretrizes da extensão, ressalta-se a interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade, possibilitando a troca de saberes e o empoderamento dos grupos sociais para a transformação social. Por meio dessas atividades de extensão, os estudantes objetivaram colocar em movimento o paradigma de educação popular, sistematizado por Paulo Freire, cujo propósito é contribuir com o processo de conscientização, formação e mobilização de grupos sociais visando a emancipação humana. Destaca-se a educação popular também como ferramenta pedagógica no ensino superior, fundamentada na práxis transformadora, no diálogo e no conhecimento popular, em uma relação horizontal entre professor, aluno e comunidade.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão, Didática, Educação Popular, Ensino Superior

INTRODUÇÃO

A extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa. Constitui-se em um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e demais setores da sociedade. Isto por meio da produção e da aplicação do conhecimento, e em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (RESOLUÇÃO N° 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018).

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – CE, vivianearaujoservicosocial@gmail.com;

² Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – CE, anarochellycosta@gmail.com;



A Curricularização da extensão, por sua vez, é um processo de inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tem como objetivo a transformação social e o impacto na formação das/dos estudantes, por meio de ações de extensão realizadas pelos discentes e orientadas pelos professores, junto à comunidade externa.

A disciplina de Seminários Temáticos II, do curso de Serviço Social, do Centro Universitário do Maciço de Baturité, promove a extensão curricular por meio da realização de atividades em equipamentos sociais, localizados na região do Maciço de Baturité, a qual agrega os municípios de: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaiúba, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Sob orientação docente, às/aos estudantes planejam e conduzem oficinas sobre direitos sociais em diferentes instituições locais.

Tais atividades fomentam a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade através da troca de saberes, possibilitando que os grupos sociais se aproximem de discussões como protagonistas no processo de transformação social.

Ademais, as atividades de extensão visam integrar as diferentes áreas do conhecimento, propiciando às/aos estudantes uma formação integral e construindo um perfil qualificado de egresso do curso de Serviço Social, com conhecimentos e competências para atuar na sociedade.

Através da experiência na disciplina de Seminários Temáticos II, este artigo objetiva analisar a Curricularização da extensão universitária como uma proposta de abordagem didático-pedagógica, que visa contribuir para a formação de futuros profissionais capacitados para práticas sociais transformadoras, realizadas de maneira crítica e interdisciplinar com a sociedade, articulando teoria e prática.

Destaca-se também a educação popular como uma ferramenta pedagógica no ensino superior e nas atividades de extensão, fundamentada na práxis transformadora, no diálogo e no conhecimento popular, em uma relação horizontal entre professor, estudante e comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A Curricularização da extensão se configura como uma importante proposta pedagógica, especialmente após a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que determina em seu artigo 4º, que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

Devido ao contexto da pandemia, a Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020, que dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19, prorrogou o período para a Curricularização da extensão até a data limite de 19/12/2022. Essa proposta visa integrar mais plenamente o ensino, a pesquisa e a extensão, criando uma formação mais holística e engajada com a realidade social.

Conforme já discutido, a extensão universitária, por definição, “é um processo interdisciplinar educativo que busca promover a interação entre a universidade e outros setores da sociedade, aplicando o desenvolvimento científico e tecnológico junto aos agentes do meio externo”, conforme o Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa (Brasil, MEC, 2017, p. 47). A extensão possibilita levar o conhecimento acadêmico para além dos muros institucionais e ao mesmo tempo trazer demandas e saberes sociais para dentro da academia. Na perspectiva da Curricularização, a extensão é incorporada de forma sistemática e intencional ao Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), permitindo que os estudantes se envolvam diretamente em atividades práticas.

Uma das principais contribuições dessa abordagem é a promoção de uma formação crítica, uma vez que as/os estudantes são incentivados a aplicar os conhecimentos teóricos em contextos práticos, o que contribui para o desenvolvimento de competências profissionais, além de habilidades como a responsabilidade social e compromisso ético, fundamentado no perfil profissional e direcionamento do curso.

Assim, compreendemos as atividades extensionistas, como importante mecanismo didático-pedagógico, pois a partir delas a universidade pode atuar como um agente transformador, promovendo o desenvolvimento social, o enfrentamento das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população, de forma holística.

No entanto, a implementação da Curricularização da extensão envolve desafios significativos, tanto do ponto de vista institucional quanto pedagógico, que vão desde a organização de seus currículos, até a incorporação de disciplinas e atividades que permitam o



cumprimento da carga horária obrigatória de extensão. Isso requer um esforço conjunto entre gestores, docentes e estudantes, além de recursos e suporte para a realização das atividades.

É importante salientar que a Curricularização da extensão representa uma ruptura com o modelo tradicional de ensino, promovendo uma educação universitária mais comprometida com as necessidades sociais e com uma formação integral dos estudantes. Ao relacionar teoria e prática, a universidade não apenas forma profissionais, mas também agentes de transformação social, capazes de contribuir para o desenvolvimento local e para a superação de desafios coletivos.

Com base na experiência do curso de Serviço Social do Centro Universitário Maciço de Baturité (UniMB), o curso possui uma carga horária total de 3.200 horas. Dessa carga, 10% (320 horas) são destinadas à extensão, em consonância com a natureza dos componentes curriculares. Até o período letivo de 2024.1, essas horas estavam organizadas em disciplinas como *Questão Social e Serviço Social*, *Seminários Temáticos I e II*, *Oficina I - Serviço Social e Instrumentalidade*, *Oficina II - Gestão de Sistemas e Serviços de Políticas Públicas*, e *Gestão Socioambiental*, integrando ensino e extensão nos componentes curriculares.

Destaca-se que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do curso de Serviço Social, presencial, da UniMB, revisaram a estrutura curricular e, a partir de 2024.2, implantaram uma nova matriz curricular. Esse processo incluiu a redistribuição das atividades de extensão, com o objetivo de aprimorar a gestão e consolidar essas atividades de forma mais evidente. Assim, a partir do semestre de 2024.2, a nova *Estrutura Curricular 2 - Serviço Social UniMB* passou a organizar a Curricularização da extensão através das disciplinas de *Práticas de Extensão (I, II, III e IV)*.

Contudo, as experiências já consolidadas e que foram objetos de estudo para a construção deste artigo foram baseadas na organização da antiga estrutura curricular, mais precisamente no componente curricular de Seminários Temáticos II.

A disciplina de Seminários Temáticos II incorpora em sua ementa a análise e discussão acerca das expressões da questão urbana e rural no Nordeste e no Brasil: urbanização e segregação socioespacial; direito à moradia e especulação imobiliária; territorialização das políticas públicas urbanas; política urbana sobre o recorte de gênero e raça; expansão do capitalismo no campo e luta pela terra; impactos do agronegócio e condições de trabalho no campo; atuação do assistente social nas políticas urbanas e agrárias.



Inicialmente, as/os discentes vivenciam um momento de conhecimento, análise e problematização dos conteúdos programáticos da disciplina. Posteriormente, munidos de conhecimento teórico e análise da totalidade, participam do processo de planejamento e desenvolvimento de atividades de extensão, com base nos conteúdos disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. Na forma de operacionalização da extensão em Seminários Temáticos II são planejadas e realizadas as seguintes ações:

Debates e rodas de conversa: Realizar encontros presenciais para discutir temas como política habitacional, direito à moradia e racismo ambiental, conectando teoria com a realidade local.

Estudos de caso: Analisar casos de assentamentos precários e projetos habitacionais locais, com visitas a áreas vulneráveis para observar problemas habitacionais e discutir políticas públicas.

Aulas expositivas: Aulas com estudiosos em urbanismo, habitação ou direitos sociais, focando na função social da propriedade e políticas habitacionais, com aplicação prática.

Visitas técnicas: Visitar comunidades ou áreas que enfrentam desafios habitacionais e ambientais, permitindo que os alunos entendam a atuação do assistente social em contextos reais.

Ações interventivas: Desenvolver projetos de conscientização sobre o direito à cidade, o direito à moradia, com atividades como oficinas e mutirões em colaboração com comunidades locais.

Relatório de atividades: Após a execução das ações, os alunos devem elaborar relatórios detalhando as atividades realizadas, refletindo sobre os resultados e propondo melhorias para as políticas locais de habitação e assistência social (PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PRESENCIAL DA UNIMB).

Durante os semestres dos anos letivos de 2023 e 2024, foram realizadas oficinas sobre direito à cidade, direito à moradia e racismo ambiental junto a grupos de estudantes, mulheres e idosos de alguns equipamentos localizados na região do Maciço de Baturité. Ao desenvolvê-las, as/os estudantes assumiram um papel de protagonistas de sua formação, isto é, deixaram de ser passivos espectadores do conhecimento mediado pelo docente. Neste artigo iremos relatar a experiência de duas oficinas: oficina sobre racismo ambiental junto ao grupo de idosos; oficina sobre direito à cidade junto ao grupo de mulheres.

Uma das oficinas realizadas foi com o grupo de idosos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Pacoti/CE sobre racismo ambiental. Os idosos fazem parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV realiza atendimentos em grupo



através de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a faixa etária dos usuários.

Após uma dinâmica de apresentação, os idosos foram questionados sobre o que consideravam ser o *racismo*. Algumas respostas se destacaram, evidenciando que o grupo já tinha uma prévia ideia sobre o tema: “*racismo é você não gostar da cor de alguém*”; “*racismo é o preconceito contra o outro*”; “*racismo é você ser julgado pela sua cor*”. Posteriormente, foi explicado o conceito de racismo de forma acessível, o comparando com o cimento que dá sustentação à construção de uma casa. Foi explicado que o racismo é o cimento, uma vez que sustenta a estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019). Também foi realizado um passeio histórico pela formação da sociedade brasileira que carrega em sua história 300 anos de escravidão.

Diante dessa discussão, os idosos foram provocados pelas seguintes indagações: Se você vê um homem negro na rua, o que você pensa e sente? Por que nas novelas as empregadas domésticas são sempre mulheres negras? Por que a população que mais sofre com as enchentes são pessoas negras? Através desses questionamentos, um espaço para discussão foi aberto, trazendo à tona alguns depoimentos, entre os quais destacamos os da Participante 1 e Participante 2:

“[...] eu tive noção do que era racismo um dia desse. Naquele tempo era tão normal, eu percebi quando fui pra uma casa de família trabalhar e minha patroa dizia que aquele homem que eu namorava não era bom ficar ali na porta dela, o que iam pensar?! Um homem “de cor” na porta dela podia pegar mal e não ficar bem pra mim e pra ela” (DEPOIMENTO DA PARTICIPANTE 1).

[...] meu pai naquela época dizia que homem bem aparentado não era de cor, eles não tinha caráter. E eu e minhas irmãs não nos casamos com homens negros, porque ele era um afronte e mesmo nós tendo uma irmã negra Bia e outras bem escurinhas, o homem que ele me fez casar era branco, tinha essa “boa aparência” mas sofri muitas desavenças com ele, tive que trabalhar em casa de família para sustentar meus dois filhos e ainda botar meus filhos cedo para trabalhar também (DEPOIMENTO DA PARTICIPANTE 2).

Essas falas evidenciam como o racismo se constitui no imaginário social, que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional (ALMEIDA, 2019), que reforçam que negros e negras estão associados à

criminalidade, à marginalidade, que não possuem caráter, são de má índole, e sem potencial intelectual.

Ao levar esse tema, as/os estudantes compreenderam e vivenciaram a importância de transmitir informações e também poder ouvir e aprender de forma crítica, em uma verdadeira troca de conhecimento geracional, uma troca que não é hierárquica, mas dialógica. Esse movimento é uma abordagem de educação popular, pois além de se concentrar em um desenvolvimento crítico e na emancipação das classes populares, principalmente aquelas que foram historicamente excluídas do processo de educação formal, a educação popular propõe uma prática educativa enraizada na realidade e nas necessidades da comunidade, valorizando o conhecimento empírico e a cultura local e promovendo uma formação mais integral.

Inspirada em Paulo Freire, a Educação Popular busca a formação de sujeitos autônomos e engajados na transformação social, considerando a sabedoria popular como ponto de partida e a problematização como método de aprendizado: “A educação popular [...] é uma educação da escuta. Ela reconhece que a relação de saberes, entre educador e educando, precisa ser uma relação dialógica, onde ambos aprendem e ensinam “(FREIRE, 1996, p.71).

Nesse contexto, a extensão universitária aparece como um campo fértil para a aplicação da educação popular, como um eixo que se conecta com a sociedade, propiciando um intercâmbio de saberes entre o conhecimento científico produzido na academia e o conhecimento popular existentes nas comunidades.

Outra oficina realizada foi sobre direito à cidade junto às mães que compõem o Instituto das Famílias Atípicas de Baturité (IFAB). O IFAB é uma organização sem fins lucrativos que possui como objetivo lutar, representar e defender os direitos e interesses das Pessoas com Deficiência (PcDs) do município de Baturité. O objetivo da oficina foi conhecer as principais dificuldades enfrentadas por elas e seus familiares na cidade, e dialogar sobre as melhorias necessárias para uma maior efetivação de seus direitos como cidadãs e uma melhor qualidade de vida para seus filhos.

Ao serem questionadas sobre o que compreendiam acerca do *direito à cidade*, as mães expressaram percepções limitadas sobre o tema, revelando uma falta de conhecimento sobre alguns direitos que a cidade deve assegurar. Ao final da oficina, as mesmas destacaram que desconheciam que o direito à cidade fosse algo tão amplo. Através do diálogo, as mães puderam compreender que o direito à cidade vai muito além de ir e vir, pois abrange questões fundamentais como acessibilidade, segurança, acesso equitativo aos benefícios e recursos urbanos, incluindo moradia adequada, transporte público eficiente, espaços públicos acessíveis e seguros, entre outros.



As participantes revelaram algumas dificuldades e barreiras que vivenciam na cidade e que causam impacto emocional. Elas compartilharam histórias pessoais de situações em que se sentiram inseguras no ambiente urbano, ressaltando a importância da conscientização e ação por parte das autoridades locais e da comunidade em geral para promover mudanças significativas em direção a uma cidade mais inclusiva e acessível para todos.

As participantes também evidenciaram a falta de adequações para pessoas com deficiência, como as dificuldades de locomoção, especialmente para cadeirantes, e a estreiteza das ruas durante eventos como a feira de sábado do Maciço de Baturité, que é tradição na região. A acessibilidade limitada em certas áreas pode representar um desafio para pessoas com mobilidade reduzida, devido à falta de infraestrutura adequada, como rampas ou calçadas em boas condições.

Outra questão citada foi quanto à acessibilidade inadequada dos transportes públicos no Maciço de Baturité. A maioria dos ônibus e estações não oferecem recursos essenciais, como rampas para cadeiras de rodas, áreas designadas para carrinhos de bebê ou sinalização para deficientes visuais. Essa falta de adaptação dificulta a locomoção dessas mães e de seus filhos, tornando o uso do transporte público menos prático e seguro.

A reação das mães durante a discussão foi de preocupação e frustração diante das barreiras que enfrentam no dia a dia. No entanto, também demonstraram determinação em buscar soluções e promover mudanças, participando ativamente de reuniões, associações e buscando informações pertinentes para defender seus direitos e melhorar a acessibilidade urbana em sua comunidade. Essa troca de experiências e perspectivas contribuiu para uma compreensão mais profunda e holística do direito à cidade, destacando a importância do diálogo e da participação ativa das comunidades na promoção de cidades mais justas e inclusivas.

A oficina, conduzida pelas/os estudantes serviu como um exemplo concreto da aplicação de alguns princípios da educação popular no trabalho com a comunidade: conscientização, diálogo e participação (MACHADO, 2012). Tais princípios orientaram a realização da oficina e se mostraram eficazes na mobilização, conscientização e organização das mães atípicas em torno da temática.

Na realização das duas oficinas, as/os estudantes colocaram em movimento não apenas as diretrizes da extensão, como também a própria pesquisa como atividade integrada ao ensino: desenvolveram a capacidade de reflexão, análise e compreensão da realidade dos grupos sociais; exercitaram uma atitude investigativa para o entendimento e interpretação dos conceitos trabalhados, como direito à cidade e racismo ambiental; colocaram em movimento ações de planejamento, execução e avaliação de ações educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar a temática de direito à cidade e racismo ambiental nas oficinas, as/os estudantes também se apropriaram dos saberes e vivências populares e do entendimento das principais dificuldades enfrentadas pelos grupos participantes e suas histórias de vida. Em contrapartida, os idosos e as mulheres também puderam aprender conceitos importantes e problematizar suas realidades.

Por meio dessas atividades de extensão, as/os estudantes colocaram em movimento o paradigma de educação popular, sistematizado por Paulo Freire, cujo propósito é contribuir com o processo de conscientização, formação e mobilização de grupos sociais visando a emancipação humana. Destaca-se a educação popular também como ferramenta pedagógica no ensino superior, fundamentada na práxis transformadora, no diálogo e no conhecimento popular, em uma relação horizontal entre professor, aluno e comunidade.

Esse processo traz importantes benefícios para todos os envolvidos. Para a comunidade, há o acesso a conhecimentos que podem trazer melhorias significativas em áreas como saúde, educação, meio ambiente e acesso aos direitos sociais. Para os estudantes, a experiência possibilita o desenvolvimento de uma visão crítica e uma interdisciplinaridade entre teoria e prática, tornando a extensão uma ferramenta pedagógica fundamental. Para a própria universidade, a Curricularização da extensão fortalece sua função social, consolidando sua responsabilidade social e contribuindo para seu próprio desenvolvimento institucional e acadêmico.

Evidencia-se, portanto, que a Curricularização da extensão é uma proposta pedagógica que busca tornar a educação universitária mais inclusiva, crítica e comprometida com a transformação social, ou seja, através dela promover uma formação para práticas sociais transformadoras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.



BRASIL. **Ministério da Educação**. Glossário dos instrumentos de avaliação externa. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Resolução CNE 7/2018**. Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. MEC: Brasília – DF, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012